

## **EDUCAÇÃO EM CONTEXTO NÃO ESCOLAR: O Orfanato Padre João Maria e a educação de orfãs no estado do Rio Grande do Norte (1920 – 1960)**

Jefferson Melo da Silva<sup>1</sup>; Marlúcia Menezes de Paiva<sup>2</sup>

<sup>1</sup> (Graduando em Pedagogia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

E-mail: [Jefetson70@gmail.com](mailto:Jefetson70@gmail.com)

<sup>2</sup> (Orientadora: Professora Doutora em História da Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

E-mail: [mmarlupaiva3@gmail.com](mailto:mmarlupaiva3@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

A história se desenha mediante as ações humanas nos diversos contextos sociais, sejam eles da nobreza, do clérigo ou até mesmo os marginais da sociedade, aqueles cuja trajetória se fez esquecida ou renegada pelas grandes escritas históricas, todos somos detentores e formadores da história. Porém, muito do que temos como composição historiográfica acaba por ser elitizada e elaborada mediante a vontade dessas elites e por muitas vezes, não nos possibilitando ter uma dimensão real do que acontecia na ampla dimensão social das cidades.

No entanto, ÁRIES (1998, p. 156), ainda ressalta que, a perspectiva da história social, “ao contrário, interessava-se pela massa da sociedade, que permanecia distante dos poderes, por aqueles que lhes eram submetidos” e desse modo nos proporciona reconhecer a sociedade como um todo, composta pela individualidade e subjetividade dos sujeitos, assim também como, pelo conjunto dos pares, no qual cada cidadão atua e modifica a história a seu modo, construindo e reconstruindo suas concepções sócio culturais.

A partir dessa dimensão de pesquisa, a qual não se prendeu ao passado, mas alicerçou diversos estudos no campo das ciências humanas, é que construímos esse projeto, visando conhecer mais daqueles/daquelas que foram lançados à margem da sociedade, esquecidos ou ignorados no decorrer do tempo.

Pesquisar e conhecer os trajetos históricos do Rio Grande do Norte levando em consideração uma observação pedagógica e educacional, me proporcionou a inquietação por aprofundar o meu olhar na história do Orfanato Padre João Maria, espaço criado através do Decreto n. 118, de 25 de maio de 1920, pelo Governador Antonio José de Mello e Souza, como a idealização de regularizar e uniformizar os serviços de Assistência Pública em Natal, o orfanato veio substituir o antigo *Asylo de Mendicidade*, ficando com a tarefa, a partir daquela data, de amparar meninas órfãs desvalidas, cuidando da alimentação e higiene das internas, assim também como, dando-lhes educação e ensinamentos para tarefas domésticas e trabalhos manuais.

### **OBJETIVOS**

Estudar no espaço de formação não escolar, práticas socioeducativas as quais compuseram a trajetória educacional no Rio Grande do Norte, durante o período de 1940 a 1970, observando as formas de produção, apropriação e difusão dessas práticas em distintas configurações dos modos de educar.

- Mapear e analisar o espaço e suas modalidades e práticas socioeducativas no Estado do Rio Grande do Norte de 1920 a 1960;
- Contribuir para a preservação e apreciação da história educacional do estado do Rio Grande do Norte, enfatizando a diversidade de propostas educacionais e formativas que existiram no seio da sociedade;
- Alavancar a produção do conhecimento no campo da Educação, particularmente da História da Educação, propondo dar relevância à difusão desse conhecimento nas escolas de ensino fundamental, médio e superior.

## **METODOLOGIA**

Portanto, este trabalho buscou — por meio de investigação a registros históricos, revisão bibliográfica, coleta e organização de recursos de pesquisa, proporcionar um conhecimento sobre a instituição e seus integrantes, garantindo o fortalecimento da história educacional do Rio Grande do Norte.

A pesquisa se estruturou mediante a uma uma investigação histórica focalizando práticas educativas no Rio Grande do Norte, buscando as mais variadas fontes, para delinear o quadro que se pretendeu construir, nos espaços de formação escolares e não escolares. A partir desse entendimento, os fragmentos de memória, as sensibilidades escolares e não escolares, os guardados materiais, como relatórios, cadernos, diários, livros, manuais, folhetos, cartazes, fotografias, mobiliário, vestuários, objetos decorativos, arquitetura e projetos urbanos, dentre outros elementos, foram devidamente utilizados como vestígios à nossa investigação.

Sendo assim, se fez necessário analisar quais redes institucionais circunscrevem e que relações de poder recortam, delimitam e caracterizam os espaços e as memórias educacionais. Conforme Foucault (1992), a maneira como um sujeito pensa, escreve e age, está ligada com as redes institucionais e as relações de poder; está circunscrita pela sociedade, pela política, pela economia e pela história, bem como com outras categorias mais gerais. Faz-se, portanto, necessário historicizar a emergência de um lugar particular do sujeito e suas práticas educativas, particularmente, no período estudado, pois, a pesquisa histórica se constrói sobre o tripé: fontes, interpretação, narração. (NUNES, 2005).

Nessa perspectiva, fizeram parte dos procedimentos metodológicos: a) Levantamento de fontes documentais em arquivos públicos existentes no estado. As instituições a serem consultadas serão as seguintes: Arquivo Público e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; b) Levantamento de bibliografia sobre o tema de estudo; c) Sondagem, coleta, organização e sistematização das fontes; d) Realização de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas; e) Reuniões de estudo gerais e/ou por eixo de investigação do projeto; f) Elaboração de um catálogo de fontes reunidas durante o desenvolvimento do projeto; g) Apresentação dos resultados parciais e finais da pesquisa em congressos científicos da área da educação, a fim de socializar e aprofundar o conhecimento produzido; h) Elaboração de relatórios de pesquisa; i) Divulgação dos resultados da pesquisa mediante publicações científicas sobre a temática do projeto.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A apreciação da história educacional do estado do Rio Grande do Norte, nos permite contemplar uma diversidade dessas instituições, as quais, subsidiadas pelo governo ou assistidas pela caridade social e eclesiástica, acabavam por serem responsáveis por tarefas como cuidar, assistir e educar e assim, nortearam com suas práticas, os processos de ensino, aprendizagem e assistência social, tendo em vista a ampla quantidade de indivíduos

necessitados de cuidados e educação que se encontravam a margem da sociedade, em caráter da sua condição financeira.

De acordo com SILVA (2018, p. 10),

Nas tentativas de se ampliar a educação, tanto em nível nacional, quanto regional, podemos facilmente encontrar uma dura realidade de segregação do saber, processo no qual fez com que os mais abastados possuíssem a mais alta instrução, garantindo a eles a manutenção de seu poder, e aos mais pobres restavam apenas o básico do assistencialismo, no qual a educação não era tida como prioridade.

Apesar do caráter negligente do Estado, eis que, através do Decreto n. 118, de 25 de maio de 1920, pelo Governador Antonio José de Mello e Souza é então criado o Orfanato Padre João Maria, o qual seria direcionado ao atendimento de jovens moças órfãs e ocuparia o antigo espaço do *Asylo de Mendicidade*, também de mesmo nome.

Carregado de preceitos higienistas, fortemente difundidos na década de 1920, o Orfanato Padre João Maria surge da necessidade de uniformizar e regularizar as políticas assistencialista, na cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte e era exclusivamente destinado a assistir a parcela populacional feminina, infantil e carente. No entanto, a construção que abrigaria a partir daquele ano o Orfanato, também precisaria ceder espaço aos antigos moradores do local, os quais eram atendidos no Asilo de Mendicidade, desse modo, uma das alas do casarão ficara destinada a esse fim, porém, as órfãs eram mantidas separadas dos “desvalidos velhos”, até que o Governo pudesse arcar com uma nova obra destinada apenas para essa finalidade.

Administrado pelas freiras católicas da Ordem das Irmãs de Sant’ana e subordinado ao Departamento de Saúde Pública, inicialmente, o Orfanato Padre João Maria possuía espaço para acomodar cerca de 60 internas, no entanto, a demanda foi aumentando gradativamente, de acordo com os rendimentos emanados pelo governo do Estado para a instituição. De acordo com FERREIRA (2009, p. 151), os critérios para que as órfãs pudessem residir na instituição e assim conseguirem o atendimento e a assistência eram, “estar inserida na faixa etária dos 7 aos 12 anos, não possuir qualquer doença contagiosa, ser vacinada e ser órfã de pai e mãe, ou quando uma das partes, quando sobrevivente, não pudesse prover a subsistência das filhas”, atendendo assim a um quadro de total marginalidade socioeconômica e estrutural.

Apesar da administração feita por religiosas, o Orfanato não possuía características de um estabelecimento religioso e lá, de acordo com FERREIRA (2009, p. 151) “as meninas teriam acesso unicamente a uma educação doméstica, que futuramente lhe assegurassem uma sobrevivência honesta prestando seus serviços às “boas famílias” da cidade, além de uma assistência médica, tendo em vista o caráter higienista da época.

De acordo com a mensagem governamental, do ano de 1935, proferida pelo então Governador Mário Câmara, o Orfanato Padre João Maria teria sido subordinado ao Departamento da Saúde Pública “até julho de 1932, quando ex-vi do decreto n. 305, de 11 desse mês, passou a ser subordinado ao Departamento da Educação, de acordo com a sua finalidade educativa”, portanto, a partir desse decreto,

O Departamento tem lhe dedicado o maior desvelo, havendo providenciado a respeito da melhoria do seu funcionamento, quer com relação a parte material, quer sob o ponto de vista técnico. Não substituiu quase todo material escolar, como o dotou de novas máquinas de costura e de outros utensílios de ordem doméstica indispensáveis (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1935, p. 100).

Diante disso, o Orfanato se aproxima ainda mais de uma formação doméstica de qualidade, além de uma educação que dotasse as órfãs de leitura e escrita. Outro ponto importante e de grande relevância, era o bem-estar das internas mediante as instalações do

edifício, no qual funcionava o Orfanato, como bem nos mostra o relatório anual de governo, o qual aponta reparos técnicos na edificação:

No edifício do Orfanato “João Maria”, foram, igualmente, feitos serviços imprescindíveis de grande relevância, como sejam: reparos e limpeza em grande parte, substituição do forro do refeitório e caiação e pintura em todo ele, concertos nas fossas e aparelhos sanitários, pintura a óleo e reforma no salão da Capela, substituição de grande parte da instalação elétrica, de todo imprestável, reparos e pintura em quase todo forro do edifício (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1935, p. 79).

Como já descrito, o Orfanato que antes possuía capacidade de acomodação para até 60 meninas, passa, entre os anos de 1938 e 1939 a acomodar 160 órfãs e, de acordo com o relatório governamental para respectivos anos, o edifício “sofreu várias modificações, constantes de novos salões que foram abertos, pinturas e outras, com despesa de não pequeno vulto”.

A instituição possuía um caráter rígido de administração, nenhum indivíduo entrava ou saía, sem a devida permissão da madre superiora, no entanto, segundo FERREIRA (2009, p. 152) tinham livre permissão de entrada no local “o capelão, o governado e o médico”, profissional, o qual havia sido exclusivamente direcionado pelo governador, para assim cuidar das garotas internas.

Conforme FERREIRA (2009, p. 152), o “doutor” realizava naquela instituição, diversas funções, de acordo com as necessidades de prevenção e cuidados das internas,

Prestando duas visitas semanais ao orfanato, tinha uma posição superior dentro da instituição se comparada com a de outros funcionários. Atuando ora como conselheiros, ora como supervisor, acompanhava a vida das meninas da hora da entrada à hora final de sua partida. A ele, cabia o aconselhamento dos melhores meios destinados à boa higiene da casa em todas as suas dependências, examinando pessoalmente o estado de asseio e salubridade de cada uma; (FERREIRA, 2009, p. 152).

Além da subvenção do Governo, o Orfanato também possuía uma estrutura de renda própria, a qual era provinda dos trabalhos manuais das internas, como corte, costura e bordados, os quais eram vendidos e o dinheiro apurado era destinado em parte, para uma espécie de poupança, cuja órfã poderia solicitar o valor contido, ao completar 18 anos, idade na qual precisaria deixar o espaço do Orfanato e se dirigir a uma vida normal em sociedade.

No ano de 1951, sob o governo de Sylvio Pedroza, a então mensagem governamental não é nada animadora ao tratar sobre a instituição. Com a criação do S.E.R.A.S – Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social, o então Orfanato Padre João Maria deixa de ser subordinado ao Departamento de Educação e passa a ser tratado apenas pelo viés assistencial.

De acordo com a mensagem governamental, do ano de 1951, “No Instituto Padre João Maria verificou-se o estado de sub-nutrição das internas com graves repercussões sobre o estado sanitário geral”. Na mensagem ainda foi acrescentada uma seção apenas para a descrição dos serviços a serem implantados no então Instituto, visando resolver as problemáticas causadas pela não assistência orçamentária governamental, além de apontar o quantitativo de 208 menores, residindo na instituição.

Urge modificação no seu regimento interno, afim de tornar possível a instalação do Serviço Social. Quanto ao aspecto sanitário é mau, pelo fato de não existir médico, que só agora foi encontrado. Atribui o clínico a gravidade do estado sanitário das menores a carências alimentares, originadas do baixo per capita orçamentário (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1951, p. 108).

Contudo, apesar do estado de calamidade assistencial, no qual o Instituto se encontrava, a atenção pedagógica e o caráter lúdico direcionados para o bem-estar das internas ali

presentes ainda pode ser percebida, como bem nos aponta da mensagem governamental, ainda do ano de 1953:

No intuito de melhorar as condições pedagógicas do Instituto Pe. João Maria está a administração empenhada na construção de “play-ground” na área interna, destinado às atividades recreativas das crianças ali internadas. De fato não se concebe um estabelecimento de internação, incapaz de proporcionar o indispensável desenvolvimento pelas atividades lúdicas da criança (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1953, p. 252).

Em suma, visou aqui ressaltar a importância do Orfanato Padre João Maria, para a assistência social e educacional das meninas órfãs que a ele recorreram, talvez como última opção para sua sobrevivência e ainda aponto a necessidade de se observar com atenção o desenrolar da assistência governamental para com a instituição, por vezes negligenciada, mas que, em sua maior parte buscou agregar o conforto necessário à estadia das internas naquela instituição.

## CONCLUSÕES

Quando analisamos as mensagens governamentais, as quais foram nossos principais instrumentos de pesquisa e avaliação para obtenção e exposição desses resultados, percebemos uma severa fragmentação de dados e restrição de informações. Tendo em vista que os relatórios eram uma espécie de documentação para análise geral anual de cada gestão de governo, fica claro a pouca valorização e cuidados demandados para o Orfanato Padre João Maria e quando direcionados recursos, atendiam de maneira breve ou focando em pontos emergenciais.

Vasculhar, ler e compreender os caminhos da educação e assistência, pelos quais percorreu o Orfanato Padre João Maria, requer uma atenção minuciosa para um contexto social negado pela história, tendo em vista que, aqueles que estavam à margem da sociedade, eram negligenciados e suas histórias de vida deixadas de lado pela escrita, desse modo é que, a pesquisa presente pesquisa ainda necessita de ampliação e uma ampla e minuciosa investigação, abrangendo as fontes de consulta e assim, proporcionando ao historiador um campo de visão e percepção mais abrangente.

## REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **A história das mentalidades**. In: A História Nova / [sob direção] Jacques Le Goff. Roger Chartier, Jacques Revel; [Tradução: Eduardo Brandão]. - 4ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994. CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução por Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERREIRA, Yuma. **A criança e a cidade: as transformações da infância numa Natal Moderna (1890 - 1929)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4 ed. Campinas: Ed. Unicamp. 1996. \_\_\_\_\_. A História Nova. Tradução por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos: História das Instituições Educativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Francisco, 2004.

NUNES, Clarice. **História Cultural e História da Educação, uma leitura de Clarice Nunes**, Entrevistadores: Marta Maria de Araújo, Marlúcia Paiva Oliveira e José Wellington Germano. Revista Educação em Questão, Natal, v. 22, n. 8, p. 253-263, jan./abr. 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **O espaço e o tempo escolares como objeto histórico**. Contemporaneidade e Educação. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), n.7, 2000, p. 100-101.

\_\_\_\_\_. **Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada**. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). História da educação, arquitetura e espaço escolar. São Paulo: Cortez, 2005.